

O Relatório de Acompanhamento da Política tem como objetivo verificar a aderência dos investimentos do plano às diretrizes de aplicações estabelecidas pela Política de Investimentos vigente e pela Resolução CMN N° 4.661 e suas alterações posteriores.

Limites de Alocação e Concentração

Essa seção aborda os limites de alocação e de concentração estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do plano.

Segmentos de Aplicação	Posição Atual		Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
	R\$	%				
Renda Fixa	228.939.772,48	87,28%	100,00%	60,00%	100,00%	OK
Renda Variável	10.155.315,77	3,87%	70,00%	0,00%	20,00%	OK
Estruturado	23.224.276,03	8,85%	20,00%	0,00%	15,00%	OK
Imobiliário	0,00	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%*	OK
Operações com Participantes	0,00	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	OK
Exterior	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	5,00%	OK
TOTAL	262.319.364,28	100,00%				

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Fixa (Art. 21)				
Total dos recursos em (Inciso I):	64,13%	100,00%	100,00%	OK
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	64,13%	-	100,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	100,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	22,23%	80,00%	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	16,61%	-	80,00%	OK
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	16,60%	-	80,00%	OK
DPGEs	0,01%	-	80,00%	OK
Poupança	0,00%	-	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	5,62%	-	80,00%	OK
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	-	80,00%	OK
Debêntures	5,58%	-	50,00%	OK
NCEs e CCEs	0,00%	-	80,00%	OK
Notas Promissórias	0,04%	-	80,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	80,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso III):	0,50%	20,00%	20,00%	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	20,00%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	20,00%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	20,00%	OK
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	-	20,00%	OK
Notas Promissórias	0,00%	-	20,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0,00%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC (Inciso III, alínea e)	0,50%	-	20,00%	OK
CCBs e CCCBs (Inciso III, alínea e)	0,00%	-	20,00%	OK
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	20,00%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	20,00%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	22,73%	80,00%	80,00%	OK
Ativos transitórios RF	0,02%	-	-	-
Caixa e Disponível	0,63%	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,29%	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,06%	-	-	-

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Variável (Art. 22)				
Ações negociadas em segmento especial (Inciso I)	3,55%	70,00%	20,00%	OK
Ações negociadas em segmento não especial (Inciso II)	0,30%	50,00%	20,00%	OK
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificadas como nível II e III (Inciso III)	0,00%	10,00%	10,00%	OK
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	3,00%	OK
Opções	0,02%	-	-	-
Estruturado (Art. 23)				
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	0,00%	15,00%	12,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	8,85%	15,00%	10,00%	OK
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	10,00%	OK
Ativos transitórios Estruturado	0,00%	-	-	-
Imobiliário (Art. 24)				
Total dos recursos em:	0,00%	20,00%	20,00%*	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	0,00%	-	7,00%	OK
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,00%	-	20,00%	OK
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	20,00%	OK
Imóveis	0,00%	-	0,00%	OK
Exterior (Art. 26)				
Total dos recursos em:	0,00%	10,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos de índice do exterior (Inciso II)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 67% (Inciso III)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso IV)	0,00%	-	5,00%	OK
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificadas como nível I (Inciso V)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" (Inciso V)	0,00%	-	5,00%	OK
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso VI)	0,00%	-	5,00%	OK
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	-

* Tal limite será adotado em respeito à Res. CMN nº 4.661, sem que ele seja, necessariamente, o limite da PI que foi feita com base na Res. CMN nº 3.792.

** Art. 37, § 5º: A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Limites de Alocação por plano	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 27)				
Tesouro Nacional (Inciso I)	64,13%	100,00%	100,00%	OK
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II)	3,96%	20,00%	20,00%	OK
Demais emissores (Inciso III)	2,63%	10,00%	10,00%	OK

Limites de concentração por EFPC	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 28)				
Capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta (Inciso I)	0,02%	25,00%	25,00%	OK
PL de uma mesma inst. financ. e coop. de crédito autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	0,06%	25,00%	25,00%	OK
FIDC ou FICFIDC (Inciso II, alínea b)	2,20%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento em cotas de índice de renda fixa (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados (Inciso II, alínea d)	0,66%	25,00%	25,00%	OK
FII e FICFII (Inciso II, alínea e)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo local com ativos financeiros no exterior (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Demais emissores (Inciso II, alínea g)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com regime fiduciário (Inciso III)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o Inciso III do art. 21 (Inciso IV, alínea a)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso IV, alínea b)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Mesma série de títulos ou valores mobiliários (§ 1º)	0,45%	25,00%	25,00%	OK

Derivativos

Essa seção aborda o enquadramento em relação ao Art. 30 da Resolução CMN N° 4.661, que delimita os depósitos de margem para futuros e o prêmio pago em opções. São apresentados somente os fundos com alocação direta, e os fundos classificados no segmento estruturado e exterior, por serem considerados como ativos finais para fins de enquadramento, não estão sujeitos a esses limites.

Veículo de Investimento	Depósito de Margem*	Prêmio Opções		Status
	%	%	Limite	
RBSPREV PLANO CV	3,93%	0,35%	5,00%	OK
ATLANTIDA FI MULT	2,97%	0,00%	5,00%	OK
AZ QUEST ACOES FC FIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
BRADESCO FIA SELECTION	0,00%	0,00%	5,00%	OK
BRAM FI RF REF DI FEDERAL II	0,33%	0,00%	5,00%	OK
BTG PACT CRE COR I FICFI RF CRED PRIV	0,00%	0,00%	5,00%	OK
BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FIC FIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
FI VOT INSTITUCIONAL RF CRED PRIV	0,00%	0,00%	5,00%	OK
ITAPEMA FI MULT	7,40%	1,13%	5,00%	OK
ITAU INSTITUCIONAL ACOES PHOENIX FC FI	0,00%	0,00%	5,00%	OK
ITAU INSTITUCIONAL RF REF DI FI	0,00%	0,00%	5,00%	OK
NEO NAVITAS FICFI EM ACOES	0,00%	0,00%	5,00%	OK
RBSPREV PLANO CV CARTEIRA PROPRIA RF	0,00%	0,00%	5,00%	OK

* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/ gestor do fundo.

Vedações

Essa seção aborda o enquadramento em relação às vedações estabelecidas no Art. 36 da Resolução CMN nº 4.661 e em suas alterações posteriores.

Vedações	Status
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) ¹	-
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) ²	-
Operações day-trade (Inciso VIII) ³	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) ⁴	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN nº 4.661 e alterações posteriores	OK

¹ Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.661 e alterações posteriores

² Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento

³ Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento

⁴ Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML para resultado final da operação

Restrições Específicas

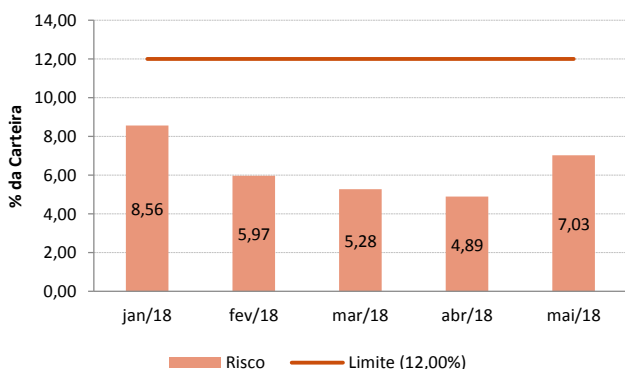
Essa seção aborda o enquadramento em relação às restrições específicas estabelecidas pela política de investimentos.

Vedações	Status
Para os títulos que não possuem grau de investimento fica estabelecido o limite máximo de 3,00% de alocação por emissor.	OK

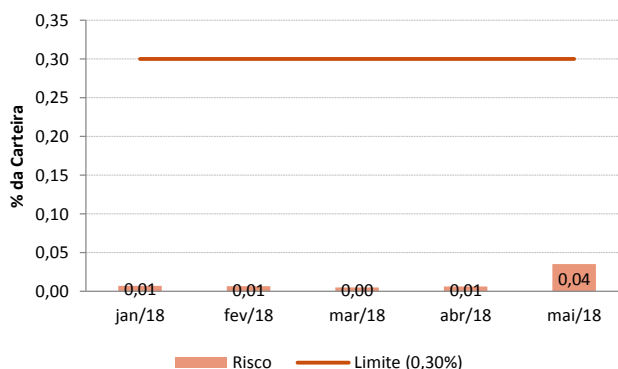
Risco de Mercado

Essa seção aborda o risco de mercado incorrido pela carteira de investimentos em relação ao limite de risco dos mandatos e/ou segmentos previstos na Política de Investimentos.

Risco de Mercado - Renda Variável Ativa

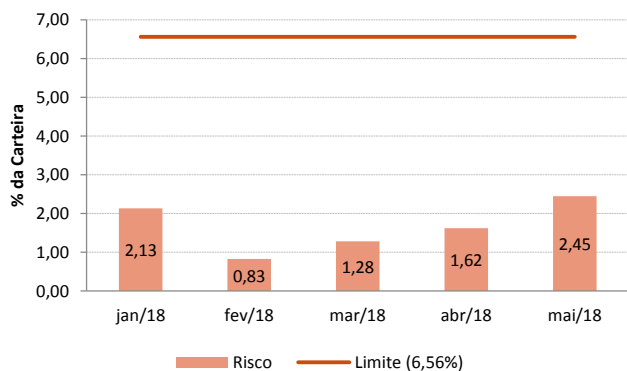


Risco de Mercado - Renda Fixa CDI

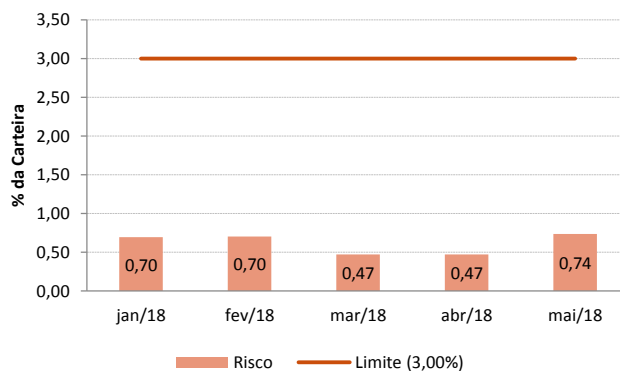


Os dados utilizados para a confecção desse relatório foram obtidos junto à Instituição à qual se refere tal relatório. Os valores aqui apresentados decorrem da utilização desses dados, de dados obtidos junto a fontes públicas e da interpretação da legislação aplicável. A ADITUS não se responsabiliza pela utilização das informações aqui contidas para outras finalidades que não sejam meramente informativas.

Risco de Mercado - Multimercado Estruturado



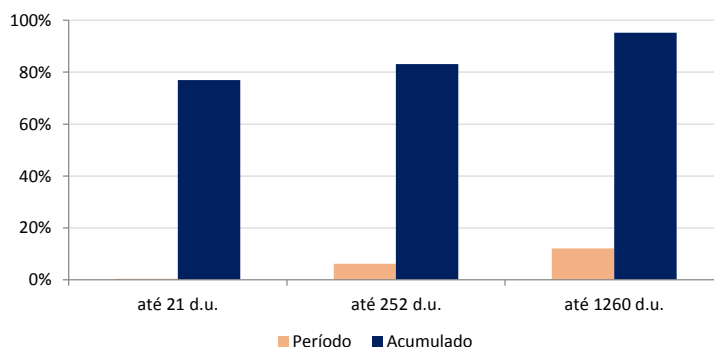
Risco de Mercado - Total Return



Risco de Liquidez

A análise de risco de liquidez demonstra o percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período, adotando como premissa a utilização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias, para cada ativo presente nas carteiras próprias e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento.

Prazo	(%) Observado	Limite Mínimo	Status
até 21 d.u.	77,02%	10,00%	OK
até 252 d.u.	83,15%	30,00%	OK
até 1260 d.u.	95,27%	50,00%	OK



Risco de Crédito

Rating de Longo Prazo	%	Limite	Status
Até AA+	19,59%	50,00%	OK
Até A+	0,75%	40,00%	OK
**Até BBB+	0,04%	25,00%	OK
**Até BB+ ou sem rating	0,04%	2,00%	OK

* Para emissões cujo vencimento (em relação à data de elaboração do relatório de acompanhamento) ocorra em 1 ano ou menos, será considerado o rating de curto prazo. Na ausência de rating de curto prazo ou para prazos de vencimento superiores a 1 ano será considerado o rating de longo prazo.

** O limite para títulos com rating até BBB+ ou menor visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis já integrantes da carteira consolidada de investimentos, papéis que já se enquadram nesta categoria e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais (mandato não discricionário). Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido, em nenhuma hipótese, como aval para aquisição de títulos que se enquadrem nesta categoria por parte dos gestores exclusivos das carteiras e fundos

Legenda

OK	possível adequação aos limites
!	possível inadequação do arquivo XML, sob análise do gestor/administrador
DESENQ	item desenquadrado
-	não avaliado

! Os dados utilizados para a confecção desse relatório foram obtidos junto à Instituição à qual se refere tal relatório. Os valores aqui apresentados decorrem da utilização desses dados, de dados obtidos junto a fontes públicas e da interpretação da legislação aplicável. A ADITUS não se responsabiliza pela utilização das informações aqui contidas para outras finalidades que não sejam meramente informativas.

Desenquadramentos e Observações

Observações: No fechamento de maio, o plano CV possuía compromissadas com lastro em debêntures do emissor Bv Leasing Arrend Mercantil S.A., através dos fundos FI VOT INSTITUCIONAL RF CRED PRIV e ITAU INSTITUCIONAL RF REF DI FI, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo V, Seção II, Subseção I, Art. 21, § 2º: "As operações compromissadas devem ser lastreadas em títulos da dívida pública mobiliária federal interna". Entretanto, por tratar-se de operações anteriores a vigência de tal Resolução, a EEFPC poderá manter os investimentos até a data do seu vencimento, conforme exposto no Art. 37.